

**ENTRE A CRUZ E A ESPLANADA:
Uma Análise do empoderamento político dos (Neo) Pentecostais na última década**

BETWEEN THE CROSS AND THE ESPLANADE
An Analysis of Political Empowerment (Neo) Pentecostal in the Last Decade

José Fábio Bentes Valente¹
Anderson Clayton Nunes Ferreira²
Adiclécio Ferreira Dias³
Isaías de Almeida Aguiar⁴
Herverson Perreira Mirandas⁵

Resumo: Este artigo tem por objeto de estudo como os (neo)pentecostais, na última década, de modo fulcrático, se empoderaram do viés político em seus *modus vivendi* institucionais. Sabe-se que o pentecostalismo nasce no Brasil a partir de contextos populacionais periféricos, destarte, em ambientes eclesiais onde os discursos enunciados sobre religião e política são constituídos por uma perspectiva dualística, na qual a religião representa o sagrado, enquanto a política, o profano. Este ideário cooperou para o desenvolvimento de um forte sectarismo, que se preconizou ao longo dos anos na formação do *ethos religious*, sob uma égide de não se misturar espaços considerados dignos e indignos. Este texto elenca-se de referências cognitivas, cujo resultado da pesquisa demonstram de como a institucionalização do pentecostalismo, decorrente da sua expansão, o ideário estigmático a política, acaba perdendo sua força e na última década, forma-se um quadro reverso, com o aumento de representatividades evangélicas no cenário político brasileiro, principalmente dos âmbitos (neo)pentecostais.

Palavras-chave: religião, política, (neo)pentecostais, empoderamento.

Abstract: This article aims to study how the (neo)pentecostals, in the last decade, in a fulcratic way, have empowered the political bias in their institutional *modus vivendi*. It is known that Pentecostalism is born in Brazil, from peripheral population contexts, in ecclesiastical environments where the discourses on religion and politics are constituted by a dualistic perspective, in which religion represents the sacred, while politics, profane. This ideology cooperated for the development of a strong sectarianism, which was advocated over the years in the formation of *ethos religious*, under the aegis of not mixing spaces considered worthy and unworthy. This text is based on cognitive references, whose results of the research demonstrate how the institutionalization of Pentecostalism, due to its expansion, the stigmatic ideology of politics, ends up losing its strength and in the last decade, a reverse framework is

¹ Mestrando em Ciências de Religião pela Faculdade Unida do Espírito Santo, Graduado em Ciências Teológicas pela Faculdade Boas Novas. Email: fbarmas@gmail.com

² Mestrando em Ciências de Religião pela Faculdade Unida do Espírito, Graduado em Direito. Email: anderson.clayton.ferreira@outlook.com.br

³ Adiclécio Ferreira Dias é mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória. Graduado em História pelo Centro Universitário Uninter, Bacharel em Teologia e Especialista em Ensino Religioso, pela Fabra. Email: adiclecioferreira@gmail.com

⁴ Pastor teólogo, professor na FABERJ e na FAC Redentor, psicólogo, bacharel em direito, pós em direito e em teologia, mestrando em ciências das religiões Unida. Email: isaias.a.aguiar@gmail.com

⁵ Mestrando em Ciências de Religião pela Faculdade Unida do Espírito Santo. Graduação em educação Física. Email: heversonpmed@gmail.com

formed, with the increase of evangelical representativities in the Brazilian political scene, mainly of the (neo) Pentecostal scopes.

Keywords: religion, politics, (neo)pentecostals, empowerment.

1 Introdução

Uma expressão que talvez sintetize o ideário do empoderamento político pelos (neo)pentecostais nas últimas décadas foi o que Nicolo Maquiavel em sua *opus domus*, *O Príncipe*, disse: “Profetas armados venceram e os desarmados fracassaram”, (MAQUIAVEL, 2006, p. 45), uma vez que desde a antiguidade não é possível desvincular os sistemas organizacionais, sejam de cunho sociológico, cultural, religioso ou político, uma vez sua representatividade, bem como, sua aplicabilidade lhes concede voz e vez para inferir seus diferentes ideários organizacionais.

Nesse ínterim, cabe suscitar que no contexto atual brasileiro, o Estado Democrático de Direito apresenta as premissas do campo político, na qual a laicidade se faz presente, a partir dos arquétipos laborais das três esferas de poder que comandam o país: Executivo, Legislativo e Judiciário, poderes constitucionalmente laicos⁶. Trata-se de uma laicidade, de certa forma híbrida, pois no regimento da Câmara dos Deputados, no que tange a abertura das sessões em seu artigo 79, parágrafos primeiro e segundo, diz: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro está aberta a sessão [...], a Bíblia Sagrada deverá ficar, durante todo o tempo da sessão, sobre a mesa, à disposição de quem dela quiser fazer uso” (BRASIL, 2012, p. 76).

Compreende-se que essa laicidade estatutária está coadunada com o ideário de democracia participativa, sendo formada não apenas por um escrutínio de escolha de representantes políticos que formam o egrégio parlamentar do país, mas que de modo plural representa as diversidades, bem como, os conflitos de interesses de diferentes setores da sociedade, para assim formular o chamado estado de bem estar social, produzindo também uma representatividade constituída com base em direitos universalizantes.

Do ponto de vista dos interesses do segmento (neo)pentecostal, a participação no poder político brasileiro, ganha crescente destaque desde meados de 1986, quando de forma mais incisiva e em virtude da construção de projetos corporativos e de interesses próprios, além da intenção de exercerem influência na elaboração da Carta Constitucional de 1988, que

⁶Pode-se dizer que a origem da palavra laico ou leigo remonta à Antiguidade e refere-se ao que não é clerical, ao que pertence ao povo cristão como tal – e não à hierarquia católica – e ao que é próprio do mundo secular, por oposição ao que é eclesiástico (DOMINGOS, 2009).

neste sentido foram mobilizadas as lideranças mais expressivas da Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular e a Universal do Reino de Deus (BATISTA, 2007).

É interessante destacar que esta última denominação, a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, compreendeu logo de início que para assumir a participação no contexto político nacional, depois de ter despontado também no cenário religioso do país e para além das fronteiras brasileiras, a representatividade política seria um bom caminho. A partir de então buscou a inserção de seus candidatos nas disputas a cargos parlamentares, em instâncias municipais, estaduais e federais. Segundo BATISTA (2007, p. 183), “no ano de 1986 a IURD elegeu um deputado federal, bem como três, deste mesmo patamar político no ano de 1990, seis em 1994, 17 no de 1998 e no ano de 2002, 18 deputados federais”, sem contar a expressiva gama de deputados estaduais e vereadores que representam os interesses iurdianos, ao longo do território nacional.

O percurso iurdiano na política serviu como mola propulsora para que outras denominações evangélicas seguissem seus passos ao longo dos anos, favorecendo assim, a criação da Frente Parlamentar Evangélica - FPE⁷, no ano de 2003, com congressistas que possuíam interesses comuns, como “projetos de lei que defendem as morais e os bons costumes, da sociedade em geral e da Igreja” (DUARTE, 2012, p. 69).

Nesse sentido, esta pesquisa se elenca em dois arquétipos distintos. No primeiro momento trabalha a forma como os (neo)pentecostais, cujo *locus* estigmático a política, mudou sua *noesis*, e o preceito político se tornou um salvo conduto para defender seus ideários, pois na contemporaneidade essa premissa acaba fazendo parte de seu *modus operandi* na propagação de seus preceitos denominacionais. Outro momento deste texto busca uma compreensão de como é composto os discursos dos (neo)pentecostais que enveredam por uma vertente fundamentalista, que denotam consequências extremistas, que acaba agindo de certo epstemicídio a outras formas cognitivas da sociedade.

2 Onde Tudo Começou

Antes de suscitar possíveis arquétipos do período em que os (neo)pentecostais começaram a envolver-se com a política brasileira de modo mais explícito, é interessante

⁷ Segundo Tatiane Duarte, no senso comum a FPE é conhecida como “Bancada Evangélica”. No entanto, o conceito de bancada vem a ser um conjunto partidário de um único partido. Já Frente Parlamentar corresponde a uma reunião de parlamentares de diversos partidos, pleiteando por causas em comum acordo. Cf. DUARTE, Tatiane dos Santos. A Participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: Ação política e (in) vocação religiosa. *Ciências Sociais y Religión*, Porto Alegre, v. 14, n. 17, p. 53-76, jul. -Dic. 2012.

frisar que desde a gênese do pentecostalismo brasileiro, suas diretrizes preconizavam um forte sectarismo ao *modus vivendi* da sociedade como um todo, em que era preciso se abster das coisas ditas mundanas e impuras. Isto significa dizer que a criação de um dogma de rejeição ao uso e costumes de santificação, ditos impuros do mundo, “herdada do Metodismo e do movimento *Holiness*, somado ao Puritanismo estadunidense, bem como, o Pietismo da Inglaterra” (MARIANO, 2014, 190).

Esse escopo sincrético pentecostal estigmático em relação aos preceitos das coisas considerados impuras, só veio a remodelar-se com o passar dos anos. Somente no final da década de 1970 e início da década de 1980, com o surgimento das denominações tipificadas como neopentecostais, cuja máxima, se preconiza em um “forte sectarismo ao uso e costumes ditos santos” (MARIANO, 2014, p. 193), condicionaram um afrouxamento das atividades, cujo *locus* eram consideradas antes pecaminosas nesses espaços eclesiais, como o esporte e o lazer, assim como assistir a programas de rádios e TVs: antes proibidas, agora são toleradas.

Nesse ínterim, a fim de defender as posturas de seus conjuntos de crenças, viu-se necessário que as instituições, tanto pentecostais como neopentecostais, se envolvessem no âmbito político. As organizações religiosas no Brasil pós-ditadura militar se aproveitaram do contexto neoliberal e da demanda de expansão de vários setores sociais, entre eles o campo político com o retorno ao pluripartidarismo, que restabeleceu o calendário eleitoral, além da redução da repressão aos movimentos sindicais e dos movimentos populares. As igrejas abrem-se para esse novo contexto, fazendo uma releitura de seus processos internos e implementando novos paradigmas (MACHADO e BURITY, 2014, p. 4).

Essas proposições sugeridas acima quanto a esse momento menos austero no contexto sociopolítico brasileiro, representou para os (neo)pentecostais pelo menos três fatores distintos, o que segundo MACHADO e BURITY (2014, p. 5), pode-se formular o seguinte quadro:

DENOMINAÇÃO	FATORES
(Neo) Pentecostais	Essas denominações religiosas tiveram a oportunidade de sair da invisibilidade e ter voz na esfera pública organizacional, uma vez que outros setores, tanto emergentes como já consagrados, possuíam;
	Houve uma ação interna de suas lideranças, que empurraram para que ocorresse essa politização, fazendo com que as organizações religiosas saíssem da minoridade, seja na política, seja na cultura;
	O embate com os setores mais avançados na sociedade na área política como: feministas, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais). Além de divergências partidárias, cujo olhar

	desafiavam essas organizações envolvidas com a política.
--	--

Quadro: 1**Fonte:** Os pesquisadores

Convém destacar que nesse período houve certo interesse dos partidos políticos brasileiros em trazer para suas esferas de atuação essas organizações religiosas de cunho evangélico, haja vista possuírem uma grande massa de indivíduos que fazem parte de seus contextos eclesiais. Logicamente essa sinergia propiciaria fortes chances de escolha de candidatos vindo desses *nichos* religiosos, fosse na esfera municipal, estadual ou federal. Diante do iminente êxito nos pleitos, a IURD, se associou ao “Partido Liberal (PL), de 1985 a 2006” (MACHADO e BURITY, 2014, p. 7), elegendo assim, vários representantes apoiados por sua cobertura institucional.

Em 2003, a IURD funda o Partido Municipalista Renovador (PMR). Entretanto, devido aos tramites processuais junto ao Tribunal Superior Eleitoral, somente em 2006 consegue o devido deferimento, porém com outro topônimo, o Partido Republicano Brasileiro (PRB). O estopim para que a IURD viesse a desvincular-se do PL, foram os constantes escândalos que os políticos desse partido estavam envolvidos, como o caso do “mensalão”, em que o deputado Roberto Jeferson, do PL, perpassava uma imagem corruptiva diante da população, somado aos constantes embates de lideranças iurdianas, ao ideário partidário, que estavam se distanciando do interesse da Igreja (CERQUEIRA, 2018, p. 8-11).

Recentemente o PRB foi autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a criar a Faculdade Republicana Brasileira, com o curso de graduação em Ciências Políticas. Destacamos aqui a afirmação do senador e presidente nacional do partido, que também é bispo da IURD, Eduardo Lopes:

PRB é o Primeiro partido no Brasil a ter uma faculdade. O nome da faculdade vai ser republicana. É a primeira instituição de ensino ligada a um partido político, credenciada pelo Ministério da Educação. Quero aqui cumprimentar e parabenizar o PRB, primeiro partido no Brasil a ter um instituto de ensino (EXAME, 2018, digital).

A afirmação do bispo reforça o quanto está enraizado os ideários políticos da denominação iurdiana, sendo que a representatividade da instituição de ensino está ligada de modo direto ao âmbito partidário e de interesses da denominação religiosa. Mesmo que o fato não apareça de forma explícita no discurso do bispo, e que haja uma forte negação da relação simbiótica da igreja, nas entrelinhas observa-se que a IURD está ligada ao referido partido político, bem como à instituição educacional.

Em relação à quantidade de evangélicos em cargos políticos, os (neo)pentecostais, segundo BAPTISTA (2007, p. 222), responde pela expressiva representatividade no parlamento. A IURD e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (doravante denominada AD), são as duas organizações que possuem a maior quantidade de parlamentares, sendo 23 da AD, e de 17 da IURD, isso no ano de 2004. Na última eleição, em 2018, as duas organizações religiosas mantiveram-se na liderança com maior número representações. A Assembleia de Deus conseguiu eleger 33 deputados federais e a IURD, 18 parlamentares, fora outras denominações de cunho do protestantismo histórico e ou de outras representações menores do (neo)pentecostalismo (MARINI, 2018).

Nota-se que desde o início da participação dos evangélicos nos pleitos eleitorais, a tendência foi a elevação do número de representantes. Os discursos dos candidatos denotam valores conservadores, contra a descriminalização das drogas, o casamento homoafetivo, a legalização do aborto e a criminalização da homofobia. A questão conflituosa gira em torno do conservadorismo de valores, que conduzem a embates com grupos não religiosos (partidários) e apologistas de tais temas. Embora o país seja de confessionalidade majoritariamente cristã, protestantes e católicos, o debate não é congruente a outros grupos, e tem-se a partir de então sérios problemas de ausência da tolerância às diferenças no campo do ideológico e mesmo físico.

3 Um *Locus* Mais Atualizado

O Brasil apresenta características plurais, sejam por parâmetros culturais, sociais, políticos e, sobretudo religioso. Hodiernamente valores antes tidos como bases para verdades consideradas absolutas, perdem suas preponderâncias de empoderamento. Um verdadeiro *mutatis mutandis* é gerado a cada dia, no que tange ao espaço político religioso brasileiro, sendo essas mudanças bem latentes. A representatividade parlamentar política e evangélica atingiu significativa expressividade desde suas primeiras inserções a partir da década de 1980, cujos ideários seguem premissas de discursos altamente conservatórios, criando em certo sentido, uma aura de intolerância a alguns grupos minoritários (homossexuais, lésbicas,

⁸ As outras denominações religiosas protestantes somam-se a AD e IURD no total de 91 parlamentares evangélicos eleitos no pleito de 2018, sendo: Batista 12, Presbiteriana 4, Luterana 3, Metodistas 1, Congregação Cristã no Brasil 3, Igreja Internacional da Graças de Deus 3, Evangelho Quadrangular 4, O Brasil Para Cristo 1, Igreja N.S. Jesus Cristo 1, Nova Vida 2, Igreja Comunidades das Nações 1, Maranata 1, Fazei Discípulos 1, Cidade do Fogo 1, Evangelho Pleno 1. Cf. MARINI, Luísa. **Renovada, Bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso.** Disponível em: <<http://www.google.com.br/amp/s/congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/amp/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

trasvestis, entre outros), o que origina alguns “problemas de coesão social, onde impera constantes desafios colocados pela pluralidade sociocultural existente” (MACHADO e BURITY, p. 607).

O cenário político vivencia uma fase mais conservadora entrelaçada com um forte fundamentalismo religioso, tanto que as principais bancadas parlamentares que levantam essa bandeira, conhecidas como bancada da Bíblia (religiosos), a do Boi (ruralistas) e da Bala (militares), são diretamente responsáveis por projetos de leis que embargam outros projetos, preconizados por representações que destoam de ideários que são contrários às suas convicções, como “a defesa de valores familiares considerados conservadoristas, a legalização do aborto, e união do casamento homossexual” (BAPTISTA, 2007, p. 229).

Esses princípios familiares ortodoxos são defendidos a unhas e dentes pelos representantes parlamentares evangélicos, desde sua gênese de participação no contexto político. Paul FRESTON (1993), Antônio PIERUCCI (1996), Saulo BAPTISTA (2007) e Ricardo MARIANO (2014) afirmam que esses princípios fazem parte de seus escopos doutrinários, cujas hermeneticidades procedem de textos bíblicos de formação de modelo familiar tradicional, ou seja, a união entre homem e mulher, baseados nos texto veterotestamentário do livro de Gênesis (2: 18- 24). Sendo assim, qualquer nuance que destoe dessa prerrogativa dogmática, pode-se dizer, gera embates calorosos.

Uma das últimas divergências no cenário político que ganhou notoriedade midiática foi referente às questões de gênero e orientação sexual, no que diz respeito a políticas públicas (entende-se nesse caso a família). O tema ocasionou a unidade entre católicos e protestantes, ou seja, lideranças parlamentares cristãs, com intuito de coibir qualquer parâmetro que tente ferir os princípios morais e costumes, segundo preceitos cristãos.

Para explicar melhor a longa trajetória que elenca os choques dos parlamentares cristãos dentro do próprio Congresso, usamos o exemplo da atuação do deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP), em que no ano de 2003, apresentou uma emenda a fim de suprimir os termos do Programa de Orientação Sexual de Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do Uso de Drogas, de autoria da deputada Iara Bernadir (PT-SP). Essa emenda sugeria extrair os termos, “gênero e orientação sexual” (MACHADO, 2018, p. 6), dos artigos 1º e 2º do projeto, por consequência recebeu ataques “às devidas alterações feitas de orientação sexual, por educação sexual” (MACHADO, 2018, p. 7). Com o passar dos anos essa proposição *antigênero* se intensificou nos discursos parlamentares, principalmente de representantes da ala dos (neo)pentecostais.

Os discursos acaloraram-se nos debates parlamentares ao tratar do Plano Nacional de Educação (PNE), pois dentre os variados temas tratados, o artigo 2º argumentava sobre a necessidade da “ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de **gênero e orientação sexual**” (BRASIL, 2010, grifo nosso). O que provocou mobilizações e unificações das representações parlamentares cristãs (católicos e evangélicos) para mudar os termos acima grifados. A bancada só obteve êxito em 2014, quando o PNE foi devidamente sancionado com as referidas mudanças pela então Presidente da República Dilma Rousseff (MACHADO, 2018).

Convém ressaltar que essa luta sociocultural, pode assim dizer, entre os agentes parlamentares desses contextos divergentes, acabam incitando representações populares e órgãos não governamentais a participarem desses debates políticos⁹, gerando, em alguns momentos, discursos de intolerância e ódio. Fora do contexto dessas reuniões parlamentares, alguns indivíduos atacaram símbolos religiosos cristãos na 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT, ocorrida no dia 07 de junho de 2015 na cidade de São Paulo, o que ocasionou diversos protestos indignados de esferas religiosas, ou não (CÂMARA, 2015).

É notório que os (neo)pentecostais junto com outras representações religiosas, cada vez mais influenciam as decisões políticas, pelo conjunto de seus representantes das diferentes esferas, sendo que seus valores estão concatenados a ideários morais. Essa subjetividade perpassa também para a população brasileira, de grande maioria cristã conservadora. Cabe assim, inferir um discurso pautado no respeito mútuo entre as diferentes linhas de pensamento e credo religioso, conforme prediz o artigo 5º, inciso VI da Constituição, que diz: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 2012, p. 13).

Pela expansão empoderativa dos (neo)pentecostais, o conservadorismo político está imbricado de modo simbiótico ao fundamentalismo religioso, no cenário sociopolítico e religioso brasileiro, o que cabe certa reserva, quando surge o enfrentamento pautado na hostilidade, agressividade, e em discursos tanto da esfera popular, como de seus representantes políticos.

⁹ Pode-se citar como um desses vários debates, o fato ocorrido no dia 27 de maio de 2014, quando foi realizado um seminário intitulado “Gênero, Aborto e Sociedade” pelo Partido Social Cristão (PSC), na Câmara Federal. Os palestrantes foram o padre Paulo Ricardo de Azevedo, Fernanda Takitani, Isabela Montavoni, Andréia Medrados dos Santos, e padre José Eduardo de Oliveira e Silva, cujas retóricas prezavam a defesa da vida (não liberação do aborto), a interpretação naturalista dos gêneros masculinos e feminino (ideologia de gênero), entre outros assuntos estigmáticos aos ideários marxistas, acusando-o de ser um dos principais vetores de propagação de destruição da família tradicional. Cf. Câmara dos Deputados. Seminário “**Gênero, Aborto e Sociedade**”. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento?id=11523>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

4 Considerações Finais

ARISTÓTELES conceituava o “homem por natureza como um ser político” (2006, p. 23), cujas ações entronizam o bem comum de um determinado grupo social. As dinâmicas dessas ações ocorrem de modo latente ou patente, pois suas diversas hermeneticidades e objetividades, estão na obtenção de poder, que uma vez obtido, sua diretriz está em manter a ordem e a manutenção deste.

Os (neo)pentecostais perceberam que para participação direta na política brasileira, enquanto indivíduos públicos que representam seus ideários, principalmente no cenário legislativo, foi preciso enveredar pela defesa de princípios ligados a moralidade cristã. O estopim dessa motivação se deu por conta da assimetria com grupos de representações políticas das classes feministas, e LGBT, entre outros grupos sociais, cujos projetos de leis atacam valores ligados à família heteronormativa, ao gênero e à orientação sexual do indivíduo.

Os (neo)pentecostais têm suas percepções criadas a partir de um *mote* que pode ser sintetizado no *querer*, no *dever* e no *fazer* política, pois tal premissa, compõe um *ethos* representativo desse sistema religioso de base denominacional. Não sendo à toa que desde sua gênese, essas representações aumentam gradativamente, tanto que no último escrutínio de 2018, no Parlamento Federal, a representatividade evangélica em especial os (neo)pentecostais, teve um aumento considerável, o maior da história, com 91 deputados federais. Segundo MARINI (2018), o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), afirmou que anteriormente a bancada evangélica atuava com a intenção de barrar projetos contrários aos seus interesses, mas a partir de então, vai reger a pauta dos projetos de lei.

Esse tipo de discurso em certo sentido se torna perigoso, pois preceitos conservadoristas geram discursos de ódios e intolerâncias, que repercutem em todas as esferas da sociedade, indo do campo político ao religioso e cujas hermeneticidades acabam refletindo no contexto da sociedade brasileira como um todo. De ambos os lados, os conservadores e os grupos de oposição, podem tipificar a falta de diálogo e o bom senso extremo que permeia o país, criando verdadeiras celeumas nas redes sociais, ocasionados por discursos que saem dos planos das conjecturas e partem para agressões e violências físicas e morais, em defesa daquilo que se considera como correto e aceitável.

O empoderamento dos (neo)pentecostais na política, foi fruto a *fortiori*, do processo de mudança dos agentes sociais e políticos, que vem ocorrendo ao longo dos anos. O primeiro

momento se deu pela valorização das representações minoritárias das alas feministas e LGBT, nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso que perpassou com mais ênfase nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ocasionando uma virada maior ainda, no atual cenário governamental de Jair Messias Bolsonaro. Eleito presidente do Brasil em 2018, Bolsonaro trouxe consigo novos ares conservadoristas ao pano de fundo político brasileiro, na qual consequentemente os evangélicos se veem cada vez mais identificados com essa nova política de governo.

Destarte, os (neo)pentecostais são um fenômeno religioso que vem sendo pesquisado em várias esferas científicas, como em áreas da Sociologia, Psicologia, Filosofia e até do Direito, logo, não poderia ficar de fora o campo político. Como suscitado anteriormente, foi questão de sobrevivência a esse segmento religioso a participação do processo político brasileiro. Cabe observar os anseios de poder que ontologicamente fluem do segmento, utilizando-se de um jargão popular que diz que “o céu é o limite”. Para essa representação religiosa, no que tange à esfera política, o lema é mais que perceptível, não destoando o fato que daqui a alguns anos a intenção venha a ser o cargo de presidente do Brasil. Mas isso só o tempo irá dizer.

Referências bibliográficas:

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: A presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. 2007. 562 f. tese (doutorado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, curso de Pós-graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2007.

BRASIL, *Regimento Interno da Câmara dos Deputados*. 9. ed. Brasília: editora Câmara, 2012.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. ed. 35. Brasília: Edições Câmara, 2012.

Câmara dos Deputados. Seminário “*Gênero, Aborto e Sociedade*”. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento?id=11523>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

CERQUEIRA, Claudia. Igreja como Partido: Evidências sobre a Relação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o PRB. 42º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu-Mg., p. 1-32, Out. 2018.

DOMINGOS, Marília De Franceschi Neto. *Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância*. In: Revista de Estudos da Religião, São Paulo, 2009, pp. 45-70.

DUARTE, Tatiane dos Santos. *A Participação da Frente Parlamentar Evangélica no Legislativo Brasileiro: Ação política e (in) vocação religiosa*. Ciências Sociales y Religión, Porto Alegre, v. 14, n. 17, p. 53-76, jul.-Dic. 2012.

ESTADÃO. *Marco Feliciano é Hostilizado Dentro de Avião*. Disponível em: <<http://www.Google.com.br/amp/s/politica.estadao.com.br/noticias/geral.marco-feliciano-e-hostilizado-dentro-do-aviao.1062685.amp>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

EXAME, Revista. *Mec Autoriza Faculdade de Partido Ligado à Igreja Universal*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/mec-autoriza-faculdade-departido-ligado-a-igreja-universal/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política No Brasil: Da constituição ao impeachment*. 1993. 303 f. tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 1993.

MACHADO, Maria das Dores Campos. *O Discurso Cristão Sobre a Ideologia de Gênero*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, jun. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200212&Ing=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. *A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.57, n. 3, p. 601-631, jul.-set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-525820140105000001&script=sci_arttext_pr>. Acesso em: 16 mar. 2019.

MAQUIÁVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Cia das Letras; Pinguim, 2006.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MARINI, Luísa. *Renovada, Bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso*. Disponível em: <<http://www.google.com/.br/amp/s/congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/amp/>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na constituinte*. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 165-191.

Regional Sul I da CNBB Divulga Notas sobre parada gay 2015 e ideologia de gênero na educação. Consultar em: <<https://www.a12.com/redacao12/igreja/regional-sul-i-da-cnbb-divulga-nota-sobre-parada-gay-2015-e-ideologia-de-genero-na-eduacacao>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

Submetido em 21/10/2019

Aprovado em 09/12/2019